



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 04 /2019.  
(Poder Executivo)**

**DISPÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, § 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988 e em consonância com a Lei Complementar Nacional nº 101/2000 faço saber o PODER LEGISLATIVO aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei em cumprimento ao disposto o Art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Araçagi-PB para o exercício de 2020, e compreende:

- a) as prioridades da administração pública municipal;
- b) a estrutura e organização do orçamento anual;
- c) as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município e suas alterações para o exercício de 2020;
- d) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- e) as disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- f) as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- g) critérios para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- h) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- i) outras disposições gerais.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CAPITULO II**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Art. 2º.** As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

**I. PODER LEGISLATIVO**

- a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

**II. DO PODER EXECUTIVO**

- a) **Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos seguintes segmentos:**
  - a.1 **Educação** – ofertar vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:
    - a.1.1 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;
    - a.1.2 de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;
    - a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas;
  - a.2 **Saúde e Saneamento** – com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
  - a.3 **Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa**, com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa da família.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- a.4 Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.
  - a.5 Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação, criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.
  - a.6 Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento às determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal;
  - a.7 De desenvolvimento, em articulação com os Governos Estadual e Federal, de programas voltados a implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.
- b) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:**
- b.1 Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
  - b.2 Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
  - b.3 Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação;
- c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:**
- c.1 Do desenvolvimento da agropecuária;
  - c.2 Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
- d) Ações administrativas que objetivem:**
- d.1 A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
  - d.2 A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate a sonegação.

**Art. 3º.** Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

**I – NA ÁREA SOCIAL**

**a. Na Educação e Cultura**

- a.1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- a.2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em até 100%;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- a.3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 75% dos professores da rede municipal;
  - a.4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em no mínimo 60%;
  - a.5. Apoio ao portador de deficiência física e de necessidades especiais;
  - a.6. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
  - a.7. Expansão das atividades de educação física e desporto nas escolas da rede municipal de ensino;
  - a.8. Distribuição da merenda escolar para todas as escolas municipais;
  - a.9. Apoio a atividades e extensão universitária;
  - a.10. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e a do padroeiro.
- b. Da saúde pública.**
- b.1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo o índice de mortalidade infantil;
  - b.2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
  - b.3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
  - b.4. A estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
  - b.5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde da Família;
- c. De habitação e saneamento básico**
- c.1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
  - c.2. Construção e melhoria de casas populares.
- d. De assistência Social**
- d.1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
  - d.2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
  - d.3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
  - d.4. Estimular programas de assistência comunitária;
  - d.5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
  - d.6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
  - d.7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
  - d.8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
- II. NA ÁREA ECONÔMICA:**
- a. Agropecuária**
- a.1. Assistência e incentivo à produção agrícola;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- a.2. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- a.3. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- a.4. Combate à seca e à pobreza rural.

**b. Indústria, comércio e turismo.**

- b.1. Apoio às pequenas e micro empresas do município.

**III. Na área de infraestrutura**

**a. Recursos hídricos**

- 1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação.

**b. Transporte**

- 1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.

**c. Energia**

- 1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2. Manutenção da eletrificação urbana e rural.

**d. Serviços urbanos.**

- 1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
- 4. Arborização da cidade.

**Parágrafo Único** – Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2020.

**Art. 4º.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

**I. Programa:** instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

**II. Atividade:** um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

**III. Projeto:** um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

**IV. Operação especial:** as despesas de que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta sob forma de bens ou de



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

§ 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

**CAPITULO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA**  
**DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º.** O projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas

§ 1º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

**Art. 6º.** O Orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária deletando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

**I. DESPESAS CORRENTES**

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Outras despesas correntes.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**II. DESPESAS DE CAPITAL**

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada.

**CAPITULO IV**  
**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO**  
**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**SEÇÃO I**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 7º.** O Orçamento para exercício de 2020 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF), não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

**Art. 8º.** Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2020 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de julho de 2019;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 31 de julho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2020;
- III. A mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2020, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, até 30 de setembro de 2018;
- V. A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro de 2018;
- VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
  - a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
  - b. Consignar, sob o título de "**RESERVA DE CONTIGÊNCIA**", dotação genérica no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL);

VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista para o exercício de 2020 deverá ser igual à



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

classificação constante nos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IX. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTINGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

- a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
- b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c. Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2020.

**Art. 9º.** O Projeto da Lei Orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Quadros orçamentário consolidado;

III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;

IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 10º.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo das despesas obrigatórias de caráter continuado em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Parágrafo Único** – O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre despesa e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial.

**Art. 11º.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observados o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 12º.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020, deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

**Art. 13º.** O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2019, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

**Art. 14º.** A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro dos Projetos, Atividades ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, e suas alterações posteriores.

**Parágrafo Único** – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Art. 15º.** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao Art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º. A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2018 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração de convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

**Art. 16º.** É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “AUXÍLIOS” a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 17º.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitam-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 18º.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 19º.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**SEÇÃO II**  
**Da Limitação de Empenho**

**Art. 20º.** Ocorrendo frustrações das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do artigo 9º, e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da LC nº 101/00, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento de serviços da dívida.

§ 2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I – com pessoal e encargos patronais;
- II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/00.

**SEÇÃO III**  
**Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos**

**Art. 21º.** O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso;

**Parágrafo Único.** Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

**Art. 22º.** Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

**Parágrafo Único** – Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados pelo menos 10% (dez por cento).

**CAPITULO V**

**DAS PRIORIDADES RELATIVAS ÀS DESPESAS  
COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 23º.** O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do município.

**Parágrafo Único.** Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pelo lei nº 101/2000.

**Art. 24º.** As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos Encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 25º.** Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

**Art. 26º.** - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado a saúde.

**Art. 27º.** A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2020, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitando os limites constantes na LC Nº 101/2000, devendo está autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.

**Art. 28º.** Criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.

**Art. 29º.** O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2020, em valor correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Parágrafo Único.** As despesas com pessoal e encargos sociais do ano de 2020, não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida, o montante estimado para o exercício de 2018, acrescido de até 25% (vinte e cinco por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

**CAPITULO VI**  
**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 30º.** A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

**Art. 31º.** Na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2020.

**§ 1º.** Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei do orçamento:

I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para a sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º. Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º. Aplica-se ao disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

**CAPITULO VII**  
**DAS DIRETRIZES ESPECIFICAS DO**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 32º.** O orçamento da seguridade social compreenderá dotações destinadas a atender a ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e conterà, dentre outros, com recursos provenientes de:

- I - Contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas do município;
- II - Aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;
- III - Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;
- IV - Convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;
- V - Outras Receitas do Tesouro.

**Parágrafo Único.** A concessão de benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes do Município, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, será consignada ao Regime Geral de Previdência (INSS), integrantes do orçamento da seguridade social.

**CAPITULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A**  
**DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 33º.** A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 15% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 34º.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 35º.** Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

**CAPITULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 36º.** Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2020.

**Art. 37º.** A concessão de ajudas financeiras e doações concedidas através de materiais a pessoas físicas, deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal específica, que regulamenta a destinação de recursos para doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

**Parágrafo Único.** A administração poderá conceder doações em espécie, utilizando-se da rubrica 3.3.90.48.01 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, ou em produtos e serviços utilizando-se da rubrica 3.3.90.32.01 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

**Art. 38º.** É vedado consignar no orçamento municipal para 2020, dotações para subvenções econômicas, ressalvadas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

**Art. 39º.** São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo Único.** Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do “caput” deste artigo.

**Art. 40º.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 41º.** Os créditos adicionais especiais abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo mediante decreto (art. 167, § 2º da CF).

**Art. 42º.** Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, caso estes não se concretizem até o dia 15 de dezembro de 2020, poderão ser utilizados por ato do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

**Art. 43º.** Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2019, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

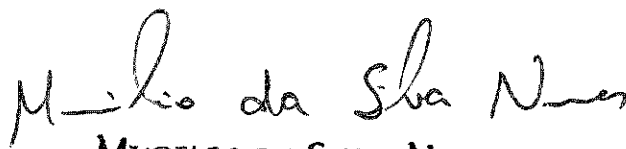
**Art. 44º.** O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2020, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

- Anexo I - Metas Anuais;
- Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;
- Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Anexo V - Origem da aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS – NÃO EXISTE;
- Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- Anexo VIII - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Art. 45º.** O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2020.

**Art. 46º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARAÇAGI/PB, em, 15 de Abril de 2019.



**MURILIO DA SILVA NUNES**

Prefeito



Prefeitura Municipal de ARAÇAGI  
Secretaria de Finanças  
I - ANEXO DE METAS FISCAIS

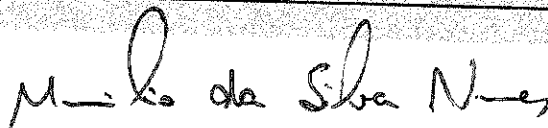
**j) FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020**

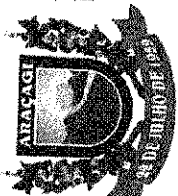
Classificação Intitucional Funcional Programática Elemento de Despesa/Aplicação de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária	Total - R\$
<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
<b>01. CÂMARA MUNICIPAL</b>		<b>40.000,00</b>
01.031.0001.1001 REEQUIPAGEM DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	15.000,00	
01.031.0014.1002 AMPLIAÇÃO OU REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	25.000,00	
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>02. GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>5.000,00</b>
04.122.0002.2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	5.000,00	
<b>03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>		<b>44.200,00</b>
04.122.0002.2004 COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	7.200,00	
04.122.00192.1003 REEQUIPAGEM DO CENTRO ADMINISTRATIVO		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	37.000,00	
<b>04. SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		<b>12.000,00</b>
04.123.0002.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	12.000,00	
<b>05. SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL</b>		<b>40.600,00</b>
08.244.0004.1004 REEQUIPAGEM DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	38.000,00	
08.244.0004.2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	2.600,00	
<b>06. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		<b>409.760,00</b>
08.244.0004.2011 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	8.450,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	9.750,00	
08.243.0005.2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO CREAS/CRAS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	1.300,00	
08.243.0005.2013 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	1.300,00	
08.243.0005.2014 MANUTENÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS/PB		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	1.950,00	
08.243.0005.2015 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	2.860,00	
08.244.0006.1006 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	60.000,00	
08.244.0006.2016 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	5.000,00	
08.244.0006.2017 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS A GESTÃO DO IGD/BOLSA		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	9.000,00	
08.244.0006.2017 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS A GESTÃO DO IGD/SUAS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	2.500,00	
08.244.0006.2019 MANUTENÇÃO E COORD. DE OUTROS PROGRAMAS FNAS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	7.000,00	
11.332.0006.2022 AÇÕES PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDAS		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	650,00	
16.481.0012.1012 CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA HABITACIONAL		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	300.000,00	



<b>FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020</b>		<b>Fls. 02</b>
<b>Classificação Intitucional Funcional Programática</b>		
<b>Elemento de Despesa/Aplicação de Despesas/Fonte de Recursos</b>	<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Total - R\$</b>
<b>07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>972.500,00</b>
<b>12.361.0007.1008 REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	90.000,00	
<b>12.361.0007.1009 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	200.000,00	
4.4.90.61.01 Aquisição de Imóveis	8.000,00	
<b>12.361.0007.2024 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (FUNDEB OUTROS)</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	20.000,00	
<b>12.361.0007.2023 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	3.500,00	
<b>12.361.0007.2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	6.000,00	
<b>12.361.0007.2028 OUTROS PROGRAMAS COM RECURSOS DO FNDE</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	10.000,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	15.000,00	
<b>12.361.0009.1010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	280.000,00	
<b>12.365.0008.1011 CONSTRUÇÃO, REFORMA E EQUIP. DOS PRÉDIOS DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLA</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	240.000,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	100.000,00	
<b>08. SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA</b>		<b>960.000,00</b>
<b>04.122.0019.2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	20.000,00	
<b>15.451.0011.1012 CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E CALÇADÕES</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	170.000,00	
<b>15.451.0011.1013 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	470.000,00	
<b>18.544.0019.1015 IMPLANTAÇÃO DE ABASTECIMENTO D'AGUA NO MUNICÍPIO</b>		
4.4.90.51.01 Obras e instalações	300.000,00	
<b>09. SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>		<b>3.000,00</b>
<b>20.122.0002.2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	3.000,00	
<b>10. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO</b>		<b>2.000,00</b>
<b>24.131.0002.2036 MANUTENÇÃO DA SEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	2.000,00	
<b>11. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>		<b>251.000,00</b>
<b>18.542.9915.1017 DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO P/INSTALAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	32.000,00	
4.4.90.61.01 Aquisição de Imóveis	6.000,00	
<b>18.542.0015.2037 MANUTENÇÃO DA SEC. DE MEIO AMBIENTE</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	3.000,00	
<b>18.544.0016.1018 CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	160.000,00	
<b>26.782.0016.1019 CONSTRUÇÃO DE PONTES E MATA BURROS NAS ESTRADAS VICINAIS</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	50.000,00	
<b>13. SECRETARIA DE ESPORTE</b>		<b>180.000,00</b>
<b>27.812.0014.1020 CONSTR AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE QUADRA E GINÁSIO POLIESPORTIVO</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	180.000,00	

FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020		Fls. 03
Classificação Institucional Funcional Programática		
Elemento de Despesa/Aplicação de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária	Total - R\$
<b>14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>		
<b>10.301.0017.1021 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>		<b>840.160,00</b>
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	95.000,00	
<b>10.301.0017.2043 PROGRAMA NUCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMILIA - NASF</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	13.000,00	
<b>10.301.0017.2044 MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	4.550,00	
<b>10.301.0017.2046 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA-PAB FIXO</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	15.000,00	
<b>10.301.0017.2049 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	3.000,00	
<b>10.301.0018.1022 CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	70.000,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	20.000,00	
<b>10.301.0018.1023 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	310.000,00	
<b>10.302.0017.2050 COORDENAÇÃO E MANUT. DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	2.610,00	
<b>10.302.0017.2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	13.000,00	
<b>10.302.0018.1024 CONSTR./AMPLIAÇÃO/EQUIPAGEM DO HOSPITAL E POSTO DE SAÚDE</b>		
4.4.90.51.01 Obras e instalações	150.000,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	90.000,00	
<b>10.305.0018.2053 PROGRAMA TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>		
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	4.000,00	
<b>17.512.0013.1025 EXECUÇÃO DE OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>		
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	50.000,00	
<b>15. SECRETARIA DE SAÚDE</b>		
<b>10.301.0017.2054 GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE</b>		<b>5.000,00</b>
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	5.000,00	
<b>17. SECRETARIA DE TRANSPORTE</b>		
<b>17.511.0002.2056 OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE</b>		<b>8.000,00</b>
4.4.90.51.01 Obras e Instalações	5.000,00	
4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanete	3.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.773.220,00</b>

  
**MURILIO DA SILVA NUNES**  
 PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**a) METAS ANUAIS 2020 a 2022**

**EXERCÍCIO DE 2020**

RF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
<b>Receita Total</b>	<b>37.853.823</b>	<b>36.377.145</b>	-	<b>39.858.607</b>	<b>38.741.659</b>	-	<b>41.332.029</b>	<b>40.505.388</b>	-
Receitas Primárias (I)	37.603.463	36.126.785	-	30.580.110	38.463.162	-	41.166.335	40.343.008	-
<b>Despesa Total</b>	<b>37.853.823</b>	<b>36.377.145</b>	-	<b>39.858.607</b>	<b>38.741.659</b>	-	<b>41.332.029</b>	<b>40.505.388</b>	-
Despesas Primárias (II)	361.142.993	34.666.315	-	37.968.140	36.851.192	-	39.225.629	38.441.116	-
Resultado Primário III = (I - II)	-323.539.530	1.460.470	-	-7.388.030	1.611.970	-	1.940.706	1.901.892	-
Resultado Nominal	-2.816.760	-3.614.977	-	-3.577.930	-3.455.462	-	-1.256.010	-1.230.387	-
Dívida Pública Consolidada	24.227.277	21.324.850	-	20.782.504	20.183.968	-	19.535.554	19.137.029	-
Dívida Consolidada Líquida	19.436.557	18.647.433	-	15.878.627	15.421.323	-	14.622.618	14.324.317	-

**NOTA:**

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
real (crescimento % anual)	0	0	0
ção média (% anual) projetada INPC	0	0	0
eto do PIB do Estado	0	0	0
ação Transferências Constitucionais	6,66	5,39	5,83

Paraíba 2015 - R\$ 56,14 bilhões (Fonte IBGE - publicado materia no <https://paraiba.online.com.br>)  
**per capita do Município de ARAÇAGI 2015 - R\$ 8.005,31 (Fonte IBGE)**

édia da variação das Transferências Constitucionais recebidas pelo Município 2015/2017 (Fonte Balançetes Mensais e SNT)

*Murílio da Silva Nunes*

**MURILIO DA SILVA NUNES**



REFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

I - ANEXO DE METAS FISCAIS

b) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
EXERCÍCIO DE 2020

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas 2018 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação		R\$ milhares
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	34.739.085	0	34.779.324	0	40.239	0,12%	
Receitas Primárias (I)	34.158.403	0	34.639.693	0	481.290	1,41%	
Despesa Total	34.739.085	0	31.965.080	0	-2.774.005	-7,99%	
Despesas Primárias (II)	33.024.155	0	31.271.284	0	-1.752.871	-5,31%	
Resultado Primário III = (I-II)	1.134.248	0	3.368.409	0	2.234.161	196,97%	
Resultado Nominal	-4.627.910	0	-873.234	0	3.754.676	-81,13%	
Dívida Pública Consolidada	28.079.105	0	35.516.640	0	7.437.535	26,49%	
Dívida Consolidada Líquida	26.021.274	0	31.756.706	0	5.735.432	22,04%	

*Murilo da Silva Nunes*

MURILIO DA SILVA NUNES

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**c) METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

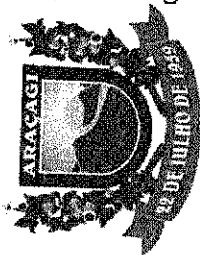
REF. art.4º, §2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTE										R\$ milhares		
	2017		2018		2019		2020		2021			2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor	%
Receita Total	34.377.085		34.739.085	1,05%	35.958.531	3,51%	37.853.823	5,27%	39.858.607	5,30%	41.332.029	3,70%	
Receitas Primárias (I)	34.158.403	0,00%	34.158.403	0,00%	35.729.181	4,60%	37.603.463	5,25%	39.580.110	5,26%	41.166.335	4,01%	
Despesa Total	34.377.085		34.739.085	1,05%	35.958.531	3,51%	37.853.823	5,27%	39.858.607	5,30%	41.332.029	3,70%	
Despesas Primárias (II)	33.024.155	0,00%	33.024.155	0,00%	34.473.382	4,39%	36.142.993	4,84%	37.968.140	5,05%	39.225.629	3,31%	
Resultado Primário III = (I - II)	1.134.248		1.134.248	0,00%	1.255.599	10,70%	1.460.470	16,32%	1.611.970	10,37%	1.940.706	20,39%	
Resultado Nominal	-5.160.447		-4.627.910	-10,32%	-2.816.760	-39,14%	-3.767.956	33,77%	-3.557.930	-5,37%	-1.256.010	-64,70%	
Divida Pública Consolidada	31.312.869		28.079.105	-10,33%	26.900.298	-4,20%	24.227.277	-9,94%	20.782.504	-14,22%	19.535.554	-6,00%	
Divida Consolidada Líquida	30.649.184		26.021.274	-15,10%	23.204.514	-10,82%	19.436.557	-16,24%	15.878.627	-18,31%	14.622.618	-7,91%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ milhares		
	2017		2018		2019		2020		2021			2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor	%
Receita Total	32.236.494		34.556.042	7,20%	34.556.042	0,00%	36.377.145	5,27%	38.741.659	6,50%	40.505.388	4,55%	
Receitas Primárias (I)	32.050.692		34.326.692	7,10%	34.326.692	0,00%	36.126.785	5,24%	38.463.162	6,47%	40.343.008	4,89%	
Despesa Total	31.398.343		34.556.042	10,06%	34.556.042	0,00%	36.377.145	5,27%	38.741.659	6,50%	40.505.388	4,55%	
Despesas Primárias (II)	30.032.872		33.071.093	10,12%	33.071.093	0,00%	34.666.315	4,82%	36.851.192	6,30%	38.441.116	4,31%	
Resultado Primário III = (I - II)	2.017.820		1.255.599	-37,77%	1.255.599	0,00%	1.460.470	16,32%	1.611.970	10,37%	1.901.892	17,99%	
Resultado Nominal	-4.817.793		-4.603.382	-4,45%	-2.702.400	-41,30%	-3.614.977	33,77%	-3.455.462	-4,41%	-1.230.387	-64,39%	
Divida Pública Consolidada	29.235.695		28.227.924	-3,44%	25.808.146	-8,57%	21.324.850	-17,37%	20.183.968	-5,35%	19.137.029	-5,19%	
Divida Consolidada Líquida	28.614.078		25.883.361	-9,54%	22.262.411	-13,99%	18.647.433	-16,24%	15.421.323	-17,30%	14.324.317	-7,11%	

*Murílio da Silva Nunes*  
**MURILIO DA SILVA NUNES**  
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 I - ANEXO DE METAS FISCAIS  
 d) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 EXERCÍCIO DE 2020

LRF, art.4º, §2º, inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018		2017		2016		R\$ milhares	
		%		%		%		%
Patrimônio/Capital	0		0		0		0	
Reservas	0		0		0		0	
Resultado Acumulado	-20.335.957	-533,09%	-24.209.648	19,05%	-8.974.475	-62,93%	-8.974.475	-62,93%
<b>TOTAL</b>	<b>-20.335.957</b>	<b>-533,09%</b>	<b>-24.209.648</b>	<b>19,05%</b>	<b>-8.974.475</b>	<b>-62,93%</b>	<b>-8.974.475</b>	<b>-62,93%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017		2016		2015	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	0		0		0	
Reservas	0		0		0	
Resultado Acumulado	0		0		0	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	
NADA A REGISTRAR						
Fonte: Balanços Anuais						

*Murilo da Silva Nunes*  
 MURILIO DA SILVA NUNES  
 Prefeito



REFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
I - ANEXO DE METAS FISCAIS

e) ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
EXERCÍCIO DE 2020

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (d)	2016
RECEITAS DE CAPITAL	20.640,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.640,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	20.640,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.640,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2018 (b)	2017 (e)	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	20.640,00	0,00	0,00

Fonte: Balanços Anuais

Secretaria da Receita Municipal

MURILIO DA SILVA NUNES

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**f) RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES	0	0	0
Receita de Contribuições	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Contribuições Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	0	0	0
Contribuição Patronal do Exercício	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0	0	0
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>NADA A REGISTRAR</b>	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	0	0	0
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	0	0	0
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTES: PCA 2016/2018

*Murilio da Silva Nunes*  
**MURILIO DA SILVA NUNES**  
 Prefeito





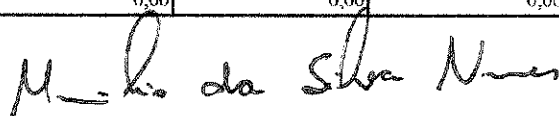
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**g) PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

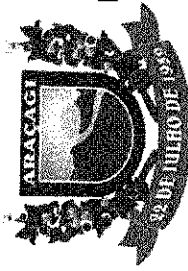
LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	<b>NADA A REGISTRAR</b>				
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: AVALIAÇÃO ATUARIAL

  
**MURILIO DA SILVA NUNES**  
 Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
I - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**h) ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
EXERCÍCIO DE 2020**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ milhares

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2020	2021	
		<b>NADA A REGISTRAR</b>		
<b>TOTAL</b>				-

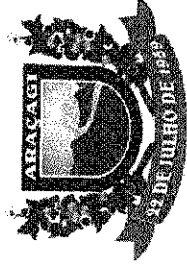
FONTE:

**Secretaria da Receita Municipal**

**NOTA:**

Para o exercício financeiro de 2020 o município de Araçagi não prevê concessão, a título de incentivo ou benefício de natureza tributária ou a qualquer outra fonte de receita

**MURILIO DA SILVA NUNES**  
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAGI**  
**I-ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**I) MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS**  
**OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	2019	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita		
(-) Transferências constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I+II)		
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		
Impacto de Novas DOCC		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)		
FONTE:		

**NADA A REGISTRAR**

**Secretaria da Receita Municipal**

NOTAS:

Caso haja necessidade de contratação de servidores para atender as diversas áreas de atuação da administração municipal, será feita através de lei específica

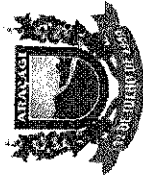
Em face do controle rígido das despesas e da previsão de se atingir resultado orçamentário superavitário, a contratação se efetivará se:

1. For atendido o disposto nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
2. For atingido o resultado orçamentário superavitário previsto.

*Murílio da Silva Nunes*

**MURILIO DA SILVA NUNES**

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2020

(LRF, art. 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor - R\$	Descrição	Valor - R\$
Abertura de epidemias ou outras calamidades públicas	72.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingências	72.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>72.000,00</b>
DEMAIS RISCOS RISCOS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor - R\$	Descrição	Valor - R\$
Redução do salário mínimo que possa gerar impacto nas despesas de pessoal	635.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de cancelamento de dotação de despesas discricionárias	635.000,00
Limitação de receita	0,00	Limitação de empenho	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>635.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>635.000,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>Total</b>	<b>707.000,00</b>

E: Dados de riscos decorrentes da crise com reflexos em nosso município.

Os Riscos Fiscais são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar, negativamente, as contas públicas.

Os Riscos Fiscais são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os Riscos Orçamentários referem-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não previstas no Orçamento - A frustração da arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à execução.

- a) Arrecadação de tributos realizada a menor que a prevista no Orçamento - A frustração da arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à execução.
- b) Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM**

*Araçagi, 15 de abril de 2019.*

*Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,*

*Com fundamento no art. 165, I e parágrafo 2º da Constituição Federal, art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei, em apreço, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de Araçagi, para o exercício financeiro de 2020.*

*O referido projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações.*

*As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucional; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.*

*Os ilustres Vereadores poderão observar que o principal foco da Lei de Diretrizes Orçamentária que ora apresentamos é o equilíbrio fiscal e o planejamento das metas que esta administração pretende atingir no próximo exercício de 2020, embasado na Lei de responsabilidade Fiscal, sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação de serviços à população, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.*